

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PSICOLOGIA**

JULIANO SAKAKI

**DO NÃO-LUGAR AO LUGAR DA CLÍNICA PSICANALÍTICA NO
ATENDIMENTO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.**

ATIBAIA, SP

2022

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PSICOLOGIA**

JULIANO SAKAKI

**DO NÃO-LUGAR AO LUGAR DA CLÍNICA PSICANALÍTICA NO
ATENDIMENTO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a aprovação na disciplina Projeto de Pesquisa Em Psicologia, do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAAT, sob orientação da Profa. Ms. Marcela Cavallari Augusto

ATIBAIA, SP

2022

Sakaki, Juliano

S152d Do não-lugar ao lugar da clínica psicanalítica no atendimento às pessoas em situação de rua. / Juliano Sakaki, - 2022.

28 f.; 30 cm.

Orientação: Marcela Cavallari Augusto

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro Universitário UNIFAAT, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia do Centro Universitário UNIFAAT, Atibaia, 2022.

1. Pessoa em situação de rua 2. Consultório de rua 3. Psicanálise I
Sakaki, Juliano II. Augusto, Marcella Cavallari III Título

CDD 305.560 981 34

Ficha elaborada por Valéria Matias da Silva Rueda - CRB8 9269

FOLHA DE APROVAÇÃO

CURSO DE PSICOLOGIA

Termo de aprovação

JULIANO SAKAKI

**Título: "DO NÃO-LUGAR AO LUGAR DA CLÍNICA
PSICANALÍTICA NO ATENDIMENTO AS PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA."**

Trabalho apresentado ao Curso de graduação em Psicologia, para apreciação da professora orientadora Marcela Cavallari Augusto, que após sua análise considerou o Trabalho aprovado, com Conceito 10,00.

Atibaia, SP, 08 de dezembro de 2022.



Profa. Marcela Cavallari Augusto

Do não-lugar ao lugar da clínica psicanalítica no atendimento as pessoas em situação de Rua.

SAKAKI, Juliano

RESUMO

O objetivo deste trabalho é direcionar um olhar psicanalítico à pessoa em situação de rua, cuja as mazelas de um mundo em constante desigualdade social aliado a diversos outros fatores pregressos emaranha-se em uma rede, que leva muitas vezes a invisibilidade e marginalização dessa população em seu estado de ser e sobreviver. Em contrapartida, pesquisar como a clínica psicanalítica no atendimento a esta população pode estar embasada em um compromisso ético, político e social, partindo de um pressuposto de uma democratização da saúde mental e da aplicação da psicanálise em contexto de situações sociais críticas.

Palavras chave: Pessoa em situação de Rua, Consultório de Rua, Psicanálise

ABSTRACT

The objective of this work is to direct a psychoanalytical look at the homeless person, whose ills of a world in constant social inequality, combined with several other previous factors, become entangled in a network, which often leads to the invisibility and marginalization of this population in your state of being and surviving. On the other hand, researching how the psychoanalytic clinic assists this population can be based on an ethical, political and social commitment, based on the assumption of a democratization of mental health and the application of psychoanalysis in the context of critical social situations.

Keywords: Homeless person, Street Clinic, Psychoanalysis

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| METODOLOGIA | 8 |
| CAPÍTULO 1. Quem é a pessoa em situação de rua? | 9 |
| 1.2 A situação..... | 11 |
| 1.3 A Rua..... | 13 |
| 1.4 O destino do <i>homo sacer</i> | 14 |
| CAPÍTULO 2. A Psicanálise em Situação de Rua | 15 |
| 2.1 O psicanalista na rua..... | 16 |
| 2.2 Fora do Setting terapêutico | 17 |
| CAPÍTULO 3. Ocupando o não lugar | 19 |
| 3.1 Inversão da demanda | 20 |
| 3.2 As intervenções | 22 |
| DISCUSSÃO | 24 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 27 |

INTRODUÇÃO

No Brasil, a saúde mental é amparada pela Lei 10.616 que dá acesso gratuito e facilitado aos diversos serviços públicos de atenção e auxílio. Foi instituído em 2011, pela Política Nacional de Atenção Básica., também o consultório de rua com o intuito de proporcionar uma atenção integral à saúde, principalmente para a população em situação de rua que se encontra em condições de vulnerabilidade e vínculos familiares interrompidos e fragilizados. Em contrapartida não é somente o direito a saúde dessas populações que garante a sua efetivação, mas a dependência de uma articulação de diversas esferas da sociedade em uma participação ativa rumo a uma democratização dos direitos sociais e uma vida digna para estas pessoas.

Em 1992 surge o termo *não-lugar*, segundo o antropólogo Marc Augé, um não-lugar é um espaço intercambiável onde os seres humanos permanecem anônimos e que não possuem significado suficiente para serem considerados “lugares”. Uma indagação é como a psicanálise poderia encarar o não-lugar, este que se faz presente como território de passagem e ao mesmo tempo um habitat das pessoas em situação de rua, baseado em um olhar filosófico ao conceito do materialismo histórico dialético no processo desta exclusão social.

Este trabalho pesquisa como a clínica psicanalítica no atendimento a esta população estaria elencada em um compromisso ético político e social, partindo de um pressuposto de uma democratização da saúde mental, tal qual é proposto pela Política Nacional de Atenção Básica e as estratégias do Consultórios na Rua. Portanto, a psicanálise extramuros e os consultórios de rua convocam o analista a um processo ativo diante dos fatos da terapia ser um compromisso social, estar fora do consultório indo às ruas levando o atendimento para uma população em vulnerabilidade e exclusão.

Neste sentido, BROIDE (2006, p.8) fala sobre a escuta a pessoa em situação de rua, em um contexto em que sua fala é muito mais ampla do que suas próprias experiências: “Os sujeitos que nos falam são, então, os portavozes da cidade, ou, pelo menos, de uma parte significativa dela”. Se Broide

afirma o quanto a cidade ecoa na escuta, cabe à psicanálise a reflexão de seu compromisso social. Segundo DANTO (2019, p.9) “é a escuta das demandas de nosso tempo que mantém o nosso saber vivo e criativo, obrigando-nos a dar conta do sofrimento e da miséria que se apresentam diante de nós enquanto algo desconhecido e que nos questionam eticamente.” Neste ponto a psicanálise extramuros aponta sua renovação a partir do ponto que seus dispositivos não são tradicionais, sem divã, paredes e poltronas, e sim na cidade, nas ruas e nas inúmeras demandas que emergem e nos convidam a uma nova reflexão para manter um saber ativo, rememorando os apontamentos que Freud já fazia sobre a psicanálise depender de sua profunda inserção no tecido social.

METODOLOGIA

O tipo de estudo escolhido para este projeto se refere ao estudo qualitativo, pois as informações inerentes ao processo de um estudo relacionado a vertente de uma clínica psicanalítica de situações sociais críticas, visa o pesquisador trabalhar na elaboração de uma pesquisa ação, no construto de informações, instrumentos e processos. A pesquisa foi realizada de acordo com a teoria psicanalítica, tendo como base a escuta e a atividade interpretativa em um método investigativo além da situação de análise, segundo Coelho e Santos (2012.P.93):

Vale dizer que a escuta e a atividade interpretativa, enquanto método próprio à psicanálise, não se restringem à situação de análise. Se, conforme enunciarmos, reconhecermos a indissociabilidade entre a experiência analítica e a pesquisa, seria preciso admitir a aplicação do método a outras situações não estritamente analíticas. Isso implica na possibilidade de o pesquisador realizar um trabalho pautado na escuta psicanalítica de depoimentos e entrevistas, colhidos em função da questão que se pretende investigar.

A metodologia realizada foi bibliográfica através da leitura e da seleção de material em banco de dados eletrônicos, como SciELO e PePSIC, Repositório Digital, Domínio Público - Periódicos Eletrônicos em Psicologia, livros de autores da Psicanálise, Psicologia Social e Sociologia, visando compreender os conceitos e teorias abordados sobre o tema proposto. Assim, a pesquisa também se estendeu a análise documental sobre jornais e documentários e permitiu a compreensão e o aperfeiçoamento deste trabalho. A pesquisa utilizou como

combinadores e descritores de busca: (1) Pessoas em Situação de Rua; (2) Psicologia e Pessoas em Situação de Rua; (3) Consultórios de Rua; (4) Psicologia e Serviços Socioassistenciais; (5) Psicanálise Aplicada; (6) Conceito de Não-lugar; (7) Psicanálise e Pessoas em Situação de Rua. A pesquisa a leitura e a organização dos materiais foram realizadas de março à julho de 2022.

CAPÍTULO 1. Quem é a pessoa em situação de rua?

1.1 A Pessoa

A pessoa em situação de rua remete a situações de negligência, as quais são recorrentes e determinantes para ocupação de uma posição à margem da sociedade e sujeitos a um juízo de valor. O PSR é o estranho tão peculiar e familiar nos semáforos, praças, ruas ou em frente a bancos e restaurantes, onde o sentido da vulnerabilidade demanda surdez, cegueira, inconsciência, estas são as defesas narcísicas que impulsiona a sociedade a entender que tudo está no seu lugar, ou no não-lugar. De acordo com MATTOS e FERREIRA (2004), observa-se, assim, a existência de representações sociais pejorativas, em relação à PSR, que se materializam nas relações sociais, como “vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo...”.

Na sigla PSR, Pessoa em Situação de Rua, a palavra “Situação” deixa explícita a abrangência de uma fase na vida do sujeito, podendo ser uma situação duradoura ou passageira. Porém no senso comum a pessoa em situação de rua, perpassa gerações no determinismo, preconceito, perplexidade

diante do desconhecido, repassando a representação social do mendigo, homem do saco, nória, louco, maltrapilho, andarilho, vagabundo, o gira-mundo. Segundo o psicólogo social Serge Moscovici, sobre as representações sociais:

Para trazer o não familiar para o familiar são utilizados dois mecanismos: a ancoragem e objetivação. A ancoragem capta e fixa ideias estranhas, as reduz em categorias e em imagens comuns, colocando-as em um contexto familiar para o indivíduo. Segundo Moscovici (2011, p. 63), “[...] categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa dele. O autor ainda acrescenta que: [...] nós não podemos nunca dizer que conhecemos um indivíduo, nem que nós tentamos compreendê-lo, mas somente que nós tentamos reconhecê-lo, isto é, descobrir que tipo de pessoa ele é, a que categoria pertence e assim por diante.” (MOSCOVICI, 2011, p. 64).

São diferentes as definições para PSR, mas especificamente a falta de residência em algum período da vida. Os motivos de estar em situação de rua, podem estar relacionados a sua história pregressa, âmbito este que não podemos considerar unicamente como indivíduos fora da sociedade, mas sim em extrema vulnerabilidade e exclusão social.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome se referindo à PSR como o “grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, e a não referência de moradia regular” (Brasil, 2008, p.8). Essa população forma um grupo historicamente construído, não sendo um fenômeno exclusivamente brasileiro, diante da desigualdade e exclusão social que ascende progressivamente com o crescimento da pobreza urbana e aspectos relacionados como desemprego, saúde, violência, drogas, falta de vínculo familiar e as dificuldades em estabelecer relações e planejamentos (FERREIRA & MACHADO, 2007; BORYSOW & FURTADO 2013).

As causas que levam uma pessoa a situação de rua são as mais variadas: pessoas traumatizadas, com doenças mentais, usuárias de álcool e drogas, expropriadas do lar pela família pela dissonância seja por vícios, violências, e

comportamentos, ressocializados do sistema prisional ou psiquiátrico que não encontram mais a solidez das paredes e de uma vida dentro de padrões estabelecidos pela sociedade. São expropriados tentando se esconder ou se encontrar as margens de sua própria existência, com os restos improváveis da matéria, memórias, na resistência e na sobrevivência da falta. Os PSRs movimentam-se nos caminhos infundáveis ou se estabelecem na paisagem artificial da cidade, denotando a natureza mais concreta da humanidade, a vulnerabilidade social (Brito,2006, p.4).

1.2 A situação

Define-se “situação” como “localização de um corpo no espaço em relação a um ou vários pontos de referência fora dele; posição.” (SITUAÇÃO, 2020). Segundo DAMATTA (1997, p.19) define que situar-se é ver e sentir o espaço. É do costume dos antropólogos sociais o estudo de diferentes sociedades, e ter esta experiência de ver e sentir. Expostos as diferenças de sistemas sociais é que a consciência das modalidades de ordenação espacial surge aos sentidos em momentos não habituais, e o que revela são sérios problemas de orientação.

Se situar é ver e sentir, temos uma ampla gama de olhares e sentimentos sobre o perfil da população em situação de rua. Tal fenômeno é discutido por diferentes especialistas, o psicanalista Jorge Broide coloca em questão o PSR como o indivíduo no processo da globalização neoliberal, pautado sobre a falta de acesso aos bens sociais e culturais, baixa qualificação para o trabalho, fixando-se nas ruas pelos restos. Segundo BROIDE (2019) fixam seus “lares” (barracas ou colchões esfarrapados) no centro da cidade, é nítido de que não compactuam do acesso aos bens de consumo, mas permanecem ali pelo acesso aos restos.

Do outro, Ferreira tem um olhar sobre a PSR relativo o fracasso da provisão libidinal, o sujeito expropriado, a rua denota “visível” o que o sujeito perdeu (BALDISERRA apud FERREIRA,2019, p.27).

Ferreira (2011) aponta que a permanência nas ruas é ocasionada por uma “escolha forçada”, seja pela precariedade material seja pelo fracasso da provisão libidinal que parecem não dar ao sujeito outro destino possível. De toda forma, destaca-se a série de rupturas ocasionadas (nos laços familiares, comunitários, institucionais...) que se reatualizam no palco das ruas enquanto perdas: perda das memórias, dos espaços de solidão, do silêncio, da proteção, da intimidade., “o sujeito é expropriado” (p.35).

A exclusão da pessoa em situação de rua não tem uma única causa, e que a exclusão não é uma falha no sistema e sim uma das engrenagens que movem o funcionamento do mesmo. Segundo ROSA (2002, p.3) sobre este processo.

Assim, o processo de exclusão “não tem uma única forma, não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema”. A escuta desses sujeitos pode tanto lhes propiciar dar andamento à articulação significante, rompendo com identificações imaginárias, como contribuir para elucidar alguns dos efeitos subjetivos do “bom” funcionamento do sistema

O contexto da pessoa em situação de rua por diversos olhares teóricos, não é um antagonismo, e sim um caminho para entendermos o sujeito em tal situação, além dessas teorias, podemos adicionar a precariedade dos dispositivos de proteção à vida, produzido pelo próprio sistema. Essa falha ou artimanha do sistema, seria um ponto simbiótico, tanto na constituição da exclusão como na própria inclusão. Segundo FERREIRA (2011) apud BALDISERRA (2019)

Na rua são depositadas as perdas causadas pelas exclusões sucessivas e, no seu oco, a ausência ou precariedade dos dispositivos de proteção à vida construídos pela cultura ao longo do tempo: a lei, a garantia de direitos e deveres, a ciência, a saúde, lazer, trabalho, arte... A rua passa a se constituir na instituição dos excluídos, criada pela sociedade no terreno baldio da cidadania

1.3 A Rua

Segundo DAMATTA (1997, p.20), casa é uma identidade onde as pessoas se situam, a casa é o oposto da rua, a casa na sociedade brasileira é uma área onde não existem indivíduos e todos são pessoas, diferente da sociedade norte americana em que a casa é um lugar para abrigar iguais, a casa brasileira é democrática e especial, os relacionamentos de uma casa brasileira, é estendido por laços de sangue, idade, sexo e vínculos. A casa brasileira é hospitaleira no que tange um espaço social que se expande ao outro, costuma se encontrar nas casas cômodos como sala de visita e quarto de hospedes, o ritual de uma casa brasileira se amplia até mesmo ao estranho. Em contrapartida a rua tem uma conotação negativa como aspectos de expressões quando a casa e a rua se separam e indicam o rompimento em um grupo social.

Segundo DAMATTA (1997, p.37) expressões como “vá para a rua!” ou “vá para o olho da rua!” é abandonar o sujeito a desproteção, ao isolamento, aos impropérios de toda a má sorte, é desumanizar. Para o povo brasileiro a expressão estou na rua da amargura é uma síntese para o destino trágico do indivíduo que perdeu o lugar de ser, tanto no âmbito emocional como social.

No documentário A Margem da imagem (2004) em uma das cenas um morador de rua relata como foi a seu primeiro dia nas morando nas ruas:

(...) “No primeiro dia a primeira coisa que veio na minha mente foi como que eu iria fazer quando chegasse à noite. O primeiro dia na rua, a primeira preocupação não foi comida não foi banho nem nada, quando chegasse, quando escurecesse, falei e agora como é que eu vou fazer? Puxa! de repente vou estar dormindo aqui e aparece um elemento aqui bêbado drogado sei lá o que, alguém pode tacar uma pedra, dar uma paulada, e pra falar a verdade eu nem dormi nesse primeiro dia, eu dava uma cochiladinha, e rapidamente eu estava olhando parecia que estava chegando alguém , aquele medo aquela coisa toda, depois você vai pegando o ritmo da rua, não acostumando com o ritmo da rua , o morador de rua quando ele acostuma com a rua, tá cheio disto ai, quando ele acostuma com a rua ele não quer sair mais da rua , daí ele cai e encaixa na cachaça , ele começa a beber e ai tá bom , arruma uma coisa aqui , adquire uma coisa ali e assim ele vai levando , tanto que tem cara ai na rua que tem 15, 20

anos, uma pessoa que tem 10 anos de rua é completamente difícil de sair da rua.”

1.4 O destino do *homo sacer*.

No dia 20 de abril de 1997, o líder indígena Galdino Jesus dos Santos, da etnia Pataxó, foi queimado vivo em um ponto de ônibus na 704 Sul. Ele estava em Brasília para participar de manifestações pelo Dia do Índio. Foi quando um grupo de cinco rapazes, todos no mesmo carro, jogou álcool e ateou fogo no que eles achavam ser “apenas um mendigo”. Um homem que passava pelo local anotou a placa do automóvel e entregou à polícia. (JORNAL DE BRASÍLIA, 2017) Após 25 anos esta frase ainda ecoa em vários veículos de comunicação, “apenas um mendigo”, o destino do Índio Galdino repercute a impunibilidade as leis tão desiguais entre as classes sociais, o fatídico e injustificado equivoco entre um índio e um mendigo. Na época os jovens de famílias influentes em Brasília, foram condenados a 14 anos de prisão, cumpriram apenas pena socioeducativa de 1 ano, muitos deles hoje em dia tem cargos em órgãos públicos, e três deles ainda residem em Brasília vivendo suas vidas como se nada tivesse acontecido. Tal barbárie nos faz refletir sobre o conceito do *homo sacer*.

O conceito de *homo sacer* diz respeito à figura do direito romano arcaico que abrange aquele que cometeu determinado crime para o qual não há punição prevista, tornando-se “indesejado” tanto no âmbito humano quanto divino. O termo remete ao homem condenado a viver a própria sorte, além da justiça humana e da divina, essa posição simbólica faz com que sua vida não mereça nenhuma importância, o esquecimento por parte dos deuses e dos homens o determina como um ser que não pode ser sacrificado, mas sim matável. (FARIA BATISTA 2020)

Se o teto e as paredes representado pela concepção de lar, solidez e proteção, não encontram limites nas ruas, são as leis do território público e do não lugar que regem, podendo ser considerado uma terra de ninguém onde as leis e a justiça ficam a cargo da própria sorte não passíveis de julgamento. Estar à margem da sociedade sempre será um perigo eminente, e a falta da proteção

de um teto ou um lugar torna evidente que viver em vulnerabilidade requer recursos psicológicos, físicos e sociais, é a resiliência confrontando-se com a sobrevivência a um ambiente totalmente hostil negativo e violento. Segundo GOMES (2020) apud MATTOS (2003) expõe um relato de um ex-morador de rua sobre o contexto negativo de viver em tal situação: "...a rua é uma das fases mais cruéis que podem existir no ser humano. Eu acho que depois da guerra, eu acho que a crueldade maior é ser um morador de rua... (p. 75)"

É possível verificar que tais estudos são indicativos de que quando falamos das pessoas em situação de rua, precisamos rever um contexto muito mais amplo do que simplesmente situar o fenômeno em um senso comum, é preciso conhecer a pessoa e sua subjetividade, as causas e os motivos que constituem este ser além do território e suas facetas que constituem o presente do indivíduo em tal situação.

CAPÍTULO 2. A Psicanálise em Situação de Rua

Quando falamos da população em situação de rua estamos diante de um quadro social que aponta os motivos que levaram as pessoas a morarem nas ruas, tais como a lógica capitalista de exclusão de cidadãos desfavorecidos, e causas subjetivas como ausência ou perda de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desilusões amorosas, desafetos sociais, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental. Há, ainda, com raras exceções, casos de pessoas que vão para ruas por não se adaptarem aos códigos de convivência social. (CADERNOS COLEGIADOS, 2015)

Sobre o morar na rua, entendemos que ocorre uma situação de rua, apontando para a noção de que a situação não é definitiva, e sim passível de ser revertida. E como enfrentar este desafio? As respostas se encontram no enfrentamento ao problema social, que demanda uma organização do Estado e da sociedade civil em ações e iniciativas dos poderes públicos e da sociedade em geral. Se o compromisso é social, diante dos problemas sociais, podemos

apontar a visão psicanalítica de Freud que denuncia o mal estar na civilização como uma projeção de nossas próprias necessidades e sensibilidades.

Parece certo que não nos sentimos confortáveis na civilização atual, mas é muito difícil formar uma opinião sobre se, e em que grau, os homens de épocas anteriores se sentiram mais felizes, e sobre o papel que suas condições culturais desempenharam nessa questão. Sempre tendemos a considerar objetivamente a aflição das pessoas - isto é, nos colocamos, com nossas próprias necessidades e sensibilidades, nas condições delas, e então examinar quais as ocasiões que nelas encontraríamos para experimentar felicidade ou infelicidade. (FREUD,1996, p.58)

Seja nas esferas públicas ou privadas, as pessoas em situação de rua têm direitos e segundo a Decreto 7.053 (Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento), é de praxe a presença da psicologia em setores sociais diversos, públicos ou privados (OSCIPs), o que indica que também a psicanálise pode estar elencada a este compromisso, uma vez que os dispositivos clínicos não se limitam somente as clínicas, mas ao território ao céu aberto e ao não lugar. E sobre o compromisso da psicanálise e a diversidade de dispositivos para atender as demandas da sociedade DANTO (2020, p.9) explana sobre a crise social como oportunidade de inovação.

É a escuta das demandas de nosso tempo que mantém o nosso saber vivo e criativo, obrigando-nos a dar conta do sofrimento e da miséria que se apresentam diante de nós enquanto algo desconhecido e que nos questionam eticamente. Criar novos dispositivos além da poltrona e do divã, a clínica no território da cidade e variadas instituições a psicanálise se insere no tecido social.

Segundo FREUD (1918) apud DANTO (2020, p.12) fala sobre a democratização da psicanálise, ele escreveu: “A consciência da sociedade irá despertar, e fará com que lembremos de que o pobre deve ter tanto direito à assistência para sua mente quanto dispõe agora do auxílio oferecido pela cirurgia a fim de salvar a sua vida [...]. Então, serão criadas instituições e clínicas ambulatoriais [...] Tais tratamentos serão gratuitos.”

2.1 O psicanalista na rua

Uma das inúmeras vias da psicanálise nas ruas é pela contratação de psicólogos pela Assistência Social. Os profissionais da psicologia há muito tempo já estão inseridos na área social, porém politicamente a presença do profissional ocorreu a partir de 2011, a partir da Nota Técnica da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social.

Segundo BALDISSERRA (2019) ,“ o psicólogo deve se pautar pelo princípio da garantia de direitos, não sendo a psicoterapia um serviço possível de ser ofertado no contexto do trabalho em equipamentos de assistência social. Outra constatação é que neste contexto, segundo BALDISSERRA (2019) é de que psicoterapia e psicanálise são equivalentes neste tipo de atendimento, e aqui precisamos situar de que trata a clínica psicanalítica quando atuamos fora do *setting* habitual, ou seja, fora dos consultórios.

2.2 Fora do Setting terapêutico

Poderíamos definir o *setting* terapêutico entre quatro paredes, estabelecido em um local, com horários e pagamentos acordados. Porém, no consultório de rua isso é inviável, uma vez que estamos atendendo indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade. Os indivíduos se encontram sem local, bem como é difícil de estabelecer e encontrar um horário, o pagamento fica por conta do morador de rua, que oferece sua fala. Ainda assim, os limites que a rua oferece não são as limitações a inclusão de um método, uma técnica e uma ética.

A rua é paciente e analista, é a teoria psicanalítica, é a responsabilidade e o manejo em um território desconhecido, a rua e suas dificuldades onde o sujeito se encontra impossibilita de realizar o ser desejante. O sujeito na perda de seu reconhecimento social e desvalorizado em suas histórias de vida, referências identitárias perdidas, se encontra em privação da posição de sujeito demandante e desejante.

Segundo CRUZ (2017) é no reconhecimento deste território, que o psicanalista deve contemplar o território em sua totalidade, trabalhando o manejo da angústia que envolve este sujeito e não só as deles, e da sociedade como

um todo, um trabalho que cujo o analista não deve pressupor dar conta de sua totalidade, mas entender o território, pois é conhecendo este local, que pode ser viabilizado a construção de novos sentidos e transformações das posições subjetivas de simbolizações cristalizadas, oferecendo condições de simbolização e sublimação. Desse modo, o psicanalista oferece ao sujeito a escuta de seu inconsciente, e assim buscar auxiliar a produzir outras questões que viabilizem uma alternativa a tal condição

De acordo com o psicanalista BROIDE (2016), as fronteiras sociais estão dentro de nós. Cabe ao psicanalista cruzar as fronteiras externas, classes e bolhas e fronteiras da escuta, e nessas fronteiras sentir a Pulsação da cidade. Assim pode desenvolver a capacidade de ler as pessoas nos dispositivos clínicos e compreender como o território se organiza e como as relações se constituem, pois a psicanálise tem que estar onde a vida está.

Mas qual a diferença da clínica de rua e do consultório? Vamos definir o conceito de clínica como um ambiente controlável, o terapeuta controla as variáveis, regula o ventilador, fecha a janela, o ambiente comporta uma privacidade e é livre de ruídos externos. Em contrapartida a rua tem seu próprio pulsar, relações com imensa materialidade, o ambiente de variáveis incontroláveis que atravessam a relação terapeuta e sujeito. Longe da segurança das quatro paredes de um consultório o terapeuta desenvolve o “olho na nuca”, percebe o que ocorre logo atrás, escuta com o corpo inteiro, sente o calor, o frio, o medo e os olhares.

Para BALDISERRA (2019) parte da ação do profissional inserido neste contexto é ter um olhar focado a política pública de Assistência Social, que propõe uma possibilidade de escuta, mas há uma tendência de direcionar essa escuta à lógica do consumo e do ter: ter que se esforçar para conseguir um emprego, ter dinheiro para sair dessa situação. Ele discorre sobre o fato de que a psicanálise pode contribuir no sentido de mostrar que, para que algum deslocamento aconteça, é preciso que o sujeito trabalhe. E aqui não me refiro a inscrevê-lo em uma vaga de emprego para conseguir sustentar um lar tradicional, mas sim elucidar que o trabalho do sujeito é o de se implicar em seu discurso para levar às últimas consequências o seu desejo. Do lado de quem escuta, cabe legitimar sua palavra e promover certo cuidado com sua

experiência e para isso é preciso de tempo, ou seja, esse é um trabalho que não acontece na urgência.

Segundo ROSA (2002) apud Bezerra, a clínica é um laboratório de experimentação, onde se reinventa e renova a escuta e o olhar, e cabe sustentar essa condição nas diferenças entre a sociedade e o indivíduo, entre o social e o psíquico, físico e mental, clínica e política, entre terapia e administração. A autora ainda afirma esta correlação entre o indivíduo subjetividade e contexto social. Segundo ROSA (2002):

toda clinica é social e toda política diz respeito à vida subjetiva de cada indivíduo. “A singularidade [...] só pode surgir e ser experimentada no campo das relações com os demais sujeitos, no campo de suas relações sociais. Estas, por sua vez, só ganham significação, só se reproduzem ou se modificam pela apreensão que os sujeitos fazem delas”.

Ver o setting na perspectiva do atendimento à população em situação de rua, é verificar uma proposta, cuja psicanálise reforça seu caráter ético e político através da escuta, e nesse quesito a proposta da clínica se estende as outras situações, onde é via de regra enxergar o sujeito frente ao desamparo social e discursivo, além dos colaborar nas construções de políticas públicas e intervenções.

CAPÍTULO 3. Ocupando o não lugar

Segundo SANTOS, (2021) No Brasil, a população em situação de rua antes das políticas públicas era atendida e contava com a ajuda de entidades religiosas, já que essa população não era de interesse do poder público. Foi na década de 90 que surgiram grandes transformações, a partir dos movimentos sociais que eram a favor desta população, as reivindicações fizeram que o governo direcionasse a promoção de direitos e a partir disso surgiram novas políticas que incluíram a PSR, tais como a (PNAS) de 2004 Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, a Lei nº 11.258 que acrescenta na Lei nº 8.742, o Serviço de Atendimento a pessoas que vivem em situação de rua e a

Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) de 2009 (Barbosa, 2018).

O trabalho relativo a PSR, é um trabalho que envolve, ainda, uma articulação com diversos setores sociais, tais como: o Ministério Público, os órgãos de controle urbano, de segurança pública, fóruns de direitos sociais, a Pastoral de Rua, associações de moradores, associações de geração de trabalho e renda, os empresários e lojistas e os níveis secundários de atenção à saúde e a rede hospitalar em geral.

Segundo SANTOS, (2021) São diversos os campos de atuação institucional em que um psicólogo pode estar inserido ofertando o atendimento e realizando o trabalho com a população de rua, mas especificamente podemos considerar a atuação do profissional Psicólogo e o atendimento a PSR como uma área socioassistencial.

Para ROCHA (2020), o trabalho do psicólogo a PSR, com base nos serviços criados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, visam a garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida. Os direitos da PSR, contam com o Serviço Especializado em Abordagem Social, que faz parte do serviço de Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, mais conhecida como a busca ativa, que é a busca em campo de pessoas em situação de rua, que se encontram com os direitos violados, o qual tem a finalidade de inseri-las na rede socioassistencial, esse trabalho da PSE também envolve o resgate da autonomia do sujeito em situação de rua, em um trabalho voltado a construção de novos projetos de vida, e o serviço de acolhimento institucional, que visa a proteção integral, e objetiva o desenvolvimento da autonomia do indivíduo (Resolução n. 109, 2009). Essa rede de apoio é constituída por diferentes profissionais, dando ênfase ao psicólogo como profissional indispensável na composição de equipe multiprofissional.

3.1 Inversão da demanda

Vamos usar a metáfora da ocupação do não-lugar em relação ao trabalho do psicólogo fora do setting, o trabalho nas ruas e suas singularidades em

relação a clínica tradicional. No trabalho com pessoas em situação a demanda não vem até o consultório e sim o psicólogo é que vai até a demanda.

Segundo ROCHA (2020) apud (Amarante, 2007).

Segundo Amarante (2007) apud ROCHA (2020) “No trabalho com as PSRs, é o profissional quem procura os sujeitos, a partir da busca ativa e atuando na perspectiva psicossocial.”

ROCHA (2020) afirma que em campo que o psicólogo vai identificando demandas e possíveis intervenções. Invertendo os papéis, o psicólogo está em um lugar diferente do tradicional e habitual de sua ocupação.

SANTOS (2021) também aborda durante suas pesquisas a importância da interação usuário-psicólogo e o desenvolvimento do vínculo de forma empática, pois é no diálogo e na compreensão do mundo da PSR. Aponta também a escuta qualificada, conseqüentemente na melhor elaboração de um plano de acompanhamento, tendo como relevante que com esta população existem dificuldades de se desenvolver. Entre essas dificuldades SANTOS (2021, p.49) observou em 10 estudos os principais motivos sobre o assunto, sendo:

Sobre os principais obstáculos relatados no trabalho desenvolvido pelo psicólogo, observa-se que 10 estudos trataram acerca deste assunto. As principais dificuldades encontradas foram: frustrações com resultados negativos que provocam desânimo coletivo; falta de divulgação do serviço; indisponibilidade da família para participar do tratamento; falta de recursos para o atendimento dos usuários; periculosidade e insalubridade; comportamento e características dos usuários, como agressividade e rejeição das atividades propostas; execução de atividades que não condizem com a formação profissional; insuficiência da quantidade de profissionais; baixos salários dos agentes; dificuldade de delimitar a atuação do psicólogo e do assistente social; descaso da legislação vigente com a PRS, a qual limita as ações para esta população. Houve destaque para a escassez de recursos no atendimento ao usuário e para o medo e receio dos profissionais diante do perigo exposto.

Segundo ROCHA (2020), o psicólogo no trabalho com a PSR deve entender o contexto da rua como um lugar de processos de produção de saúde e subjetividades, é a construção de novas linguagens e territórios, baseadas nas realidades e nas singularidades dos sujeitos.

BROIDE (2015) aponta que na rua o terapeuta é o estrangeiro, um local de transferência e desconfiança que são os acordos do território. Ainda segundo o autor, nas ruas o sujeito tem resistências e um olhar vedado por suas experiências de vida, cabe ao terapeuta trabalhar com o sujeito em sua experiência para que haja abertura e fala com o terapeuta, "Um exemplo é como um jovem em medidas socioeducativas me vê como um juiz, um policial, alguém que vai me vender ou me matar. O psicanalista precisa manter essa transferência vazia onde o sujeito pode transferir."

3.2 As intervenções

SCHUCH, (2012) explana que existem duas tendências a essencialização da problemática da população em situação de rua, uma pautada em uma visão de que a rua é um problema que requer intervenções governamentais na supressão do fenômeno apenas retirando as pessoas na rua, e uma segunda pautada na causalidade, a pessoa em situação de rua como o sujeito da falta. Embora as perspectivas sejam diferenciadas, a primeira individualiza a questão e a segunda desloca para a esfera macroestrutural, mas ambas retiram a questão complexa do próprio sujeito em sua agência, tornando a rua um lugar de exclusão, ou entendido através de uma lógica das necessidades de sobrevivência.

Sobre as intervenções na abordagem psicanalítica em referência a população em situação de rua, muitos autores tem olhares diferentes e complementares em relação a subjetividade do homem e seu contexto sociocultural e são caminhos pertinentes para as hipóteses e estudos mais complexos sobre esta população, na intenção de desenvolver técnicas e intervenções. Segundo Herman (2014) As técnicas analíticas em relação ao trabalho junto a PSR visam as condições socioculturais, pois se fazem determinantes as diferenças subjetivas do homem no mundo diante das emergências que desse mundo, são os indicativos que revelam a demanda do

trabalho clínico. Segundo BALDISERRA, (2019, p. 31) aponta no trabalho de Rosa (2016), que há três propostas de intervenção clínica:

Restituir um campo mínimo de significantes do campo do Outro;
trabalhar na direção de articular o singular do sujeito no laço social;
romper com o discurso violento que se apresenta como simbólico e
marcar a supressão de qualquer participação nesse gozo

BROIDE (2015) refere-se a importância da escuta, e fala sobre o conceito de ancoragem, que se refere o que alguém nos conta e a percepção que a partir da escuta vamos encontrar os fios que amarram esse sujeito à vida. Não sabemos e ele também não sabe, mas é no entendimento dos fios que amarram, e onde existem o desejo que este sujeito vive. Na ancoragem, o terapeuta procura o desejo onde essa pessoa viva. E assim traça um possível plano terapêutico singular, e possíveis direcionamentos e atendimentos plausíveis a eficácia da intervenção, seja no encaminhamento ao CAPS ou na elaboração mais eficaz de um plano individual de atendimento.

Segundo Poli (2005) apud BALDISERRA (2019, p.32) afirma que esse pressuposto moral orienta nossa escuta dentro da prática privada, levando em conta que a produção de sintomas ocorre na posição discursiva de uma estrutura que repercute no ponto de inserção do laço social da época

BALDISERRA (2019) fala que é possível apresentar a primeira hipótese: os sem-teto são os heróis trágicos do nosso tempo – para nos lembrarmos que claramente eles não têm escolha. Não se trata de romantizar a pobreza, mas de reatualizar a dimensão da tragédia, onde os temas não se veem confinados em um beco sem saída na dinâmica do conflito.

A questão do atendimento à população em situação de rua perpassa o âmbito de um lugar específico ou pressupostos único e exclusivo pautado pelo determinismo, pois a psicanálise tem o compromisso com a pessoa e não a um lugar. Segundo BROIDE (2015): “Atender onde a vida está, onde a vida pulsa, tal é a ética que perpassa e conforma nosso trabalho.”

DISCUSSÃO

É preciso entender os motivos que levam as pessoas à situação de rua, pois existe o preconceito e o determinismo das representações sociais pejorativas que atravessam esses sujeitos. Entender esta população é compreender um fenômeno global que revela a exclusão social e suas derivações que culminam em sofrimento psíquico. Outro ponto relevante é discutir a questão da situação de rua como fato não determinante e passível de ser revertido, levando em consideração a subjetividade do sujeito e suas opções de escolhas condizentes com o seu desejo.

Tal processo é uma construção possível somente através da articulação de uma rede sólida de atenção psicossocial que envolvam diferentes áreas. Dentre eles o trabalho psicológico pode acontecer dentro das propostas e ferramentas do equipamento no qual o psicólogo ou o psicanalista estão inseridos, lembrando que tais órgãos também possuem limites no que tange as questões pessoais ou adaptativa do profissional junto a equipe ou questões de suporte da própria instituição. Segundo SANTOS (2021, p.49):

Os obstáculos demonstram que a PSR acaba sendo prejudicada, uma vez que os profissionais têm dificuldade de diferenciar suas atribuições daquelas destinadas a outros profissionais da equipe multiprofissional. Além disso, a falta de recurso nas instituições deixa os profissionais de “mãos atadas”, uma vez que acabam não conseguindo desenvolver um trabalho com o suporte devido. Diante disso, nota-se obstáculos que podem interferir diretamente na eficácia dos serviços, prejudicando o atendimento da PSR.

Em contrapartida, é preciso reconhecer os limites de um equipamento, mas não uma impossibilidade de planos de trabalho que possam ser desenvolvidos individualmente direcionados na abrangência condizentes em direção às possíveis escolhas destes sujeitos. É preciso que o profissional esteja engajado na causa das populações em situação de rua, manter o vínculo e procurar propostas a um trabalho condizente e eficaz.

A rua é representante das culminações e implicâncias de diversos fatores que levaram tais indivíduos a sobreviverem, se por um lado ela fornece os

subsídios para a sobrevivência, por outro é violência e falta de estrutura. Se paredes, portas e tetos são proteções, a céu aberto a vida é vulnerável.

Nesta lógica a psicanálise inverte seu papel em questão ao setting terapêutico, a população de rua não procura consultórios e os serviços de psicologia ofertados para esta população estão ligados a órgãos assistenciais, sejam públicos, privados ou de outras organizações. A população de rua é atendida em seu território, muitas vezes através de busca ativa, pois muitas dessas pessoas não se estabelecem no mesmo lugar. Na rua o psicanalista também é desconhecido em seus limites e impasses ao ambiente externo e tudo que nele não é controlável, mas não inviável para as fronteiras da escuta e da associação livre. Conforme nos aponta Souza (2019) sobre técnica, ética e a intercessão a esta população:

A nossa práxis com as pessoas em situação de rua, na Assistência Social, revelou os impasses e os desafios dos sujeitos, ao tentarem acessar os seus direitos sociais, apesar de estes já estarem garantidos por lei. Essa realidade complexa necessita de um trabalhador que também seja um intercessor, precavido com referenciais teórico-técnicos e ético-políticos, os quais possibilitem analisar e interceder frente às demandas dos sujeitos e dos estabelecimentos institucionais, pois o modo de o trabalhador conceber essa realidade tem relação direta com o seu modo de intervir

Ao longo do trabalho foi possível constatar que a proposta psicanalítica de vários autores sobre a condição de intervenção à população em situação de rua, enfatizam o caráter ético e político dessa escuta. Nesse sentido, a proposta clínica se estende as pessoas no que se refere principalmente ao sujeito e aos processos pelos quais se enfrenta o desamparo social e discursivo. Sobre o direcionamento das intervenções psicanalítica e as políticas para esta população. ROSA (2017, p.363) aponta que se torna indispensável “situar o reconhecimento da clínica em sua vertente política, reconhecendo a política onde se faz clínica”. E reconhecer a política onde se faz clínica diz a dualidade do contexto do sujeito sociopolítico em seus sintomas e desarticulação subjetiva, e a importância da clínica sociopolítica. Tais condições definem as propostas de políticas e intervenções e seus impasses, e inúmeros são os desafios como falta de recursos ou estrutura ao trabalho do profissional, mas é preciso engajamento do profissional nas propostas de vencer os desafios ao trabalho com esta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento da pessoa em situação de rua leva o profissional da psicologia a atuar em amplas possibilidades, tendo como premissa o olhar e a escuta deste indivíduo. De certo que não basta somente uma definição para a pessoa em situação de rua, e sim entender o contexto desta pessoa em diferentes estruturas no que se refere a questões políticas, sociais, econômicas e subjetivas.

O trabalho com esta população deve estar longe dos estereótipos de representações sociais, pois é preciso entender a questão dentro de um contexto de vulnerabilidade e trabalhar de maneira empática e atenta às melhores ferramentas que possam ofertar possibilidades de escolha para estes indivíduos. Há uma desvalia por parte da sociedade em negar o fato de que pessoas em situação de rua são seres humanos, da mesma forma que muitos deles sentem o preconceito na pele, e muitos encaram com normalidade que suas vidas também não são dignas de seus direitos como cidadãos.

Se a pergunta é do lugar ao não lugar cabe aos profissionais da psicologia uma reflexão sobre esta população, que existem diferenças significativas entre setting terapêutico tradicional e o atendimento a céu aberto. Porém, a ética de nossa profissão e o pensamento clínico se dá em qualquer situação, como nos aponta BROIDE (2015. p.77): “na experiencia é que sempre há um lugar e que podemos nos colocar em uma boa posição de escuta. E o sujeito fala. Seja quem for e aonde for.”

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MARGEM da imagem. Diretor: Evaldo Mocarzel. Data de lançamento: 17 de set. de 2004. Idioma: Língua portuguesa. Resumo: 2004 · 1hora 12min · Documentário. Disponível em <
https://www.youtube.com/watch?v=EB7A_uVQ9E> acesso 04/09/2022

BALDISSERA, Mateus Augusto Pellens **ENTRE RESTOS, HÁ QUEM SONHE:sobre a escuta psicanalítica com pessoas em situação de rua.** Porto Alegre 2019. Dissertação de Mestrado. 93 páginas. Disponível em: <
<https://www.bing.com/search?q=ENTRE+RESTOS%2C+HÁ+QUEM+SONHE%3Asobre+a+escuta+psicanalítica+com+pessoas+em+situação+de+rua&cvid=1e4ef50137d24583a4a98692ec74e908&aqs=edge..69i57.919j0j9&FORM=ANABO1&PC=U531>>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Ruapara consulta pública. Brasília, 2008. Disponível em: <
https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf>

BRITO, Maria Mercedes Merry. **A Abordagem e a Clínica no Atendimento aos Moradores de Rua Portadores de Sofrimento Psíquico.** PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2006, 26 (2), 320-327. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/BVqJH6FLDk4RWG7Y3HfvCzz/abstract/?lang=pt>>

BROIDE, Jorge. **A Psicanálise Em Situações Sociais Críticas - Metodologia Clínica E Intervenções.** Editora Escuta. 2015. 195p. disponível em <
<https://appoa.org.br/uploads/arquivos/a-psicanálise-em-situacoes-sociais-criticas-jorge-broide.pdf>>

BROIDE, Jorge. **A Psicanálise Em Situações Sociais Críticas - Uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Núcleo de Psicanálise e Sociedade. São Paulo. 2006. Disponível em <
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=30480>

CABRAL, Luciana Francisca. **A rua no imaginário Social**. Scripta Nova, REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. IX, núm. 194 (60), 1 de agosto de 2005. Disponível em <[**CADERNOS DE COLEGIADOS**. Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo. 2015. Disponível em <\[https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Colegiados_Comite_Pop_Rua.pdf\]\(https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Colegiados_Comite_Pop_Rua.pdf\)>](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-60.htm#:~:text=A%20rua%20no%20imagin%C3%A1rio%20social%20(Resumo)&text=Para%20n%C3%B3s%2C%20a%20rua%20revela,em%20si%20esta%20%E2%80%9Cvivacidade%E2%80%9D.>></p>
</div>
<div data-bbox=)

SANTOS M V O, COELHO D M. **Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica**. Analytica Revista de Psicanálise. São João del-Rei, v. 1, n. 1, p. 90-105, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v1n1/v1n1a06.pdf> >

CRUZ, Kênia Santana da; VICTOR, Rita Meurer. **DOS LIMITES À VIABILIDADE DA PSICANÁLISE NAS RUAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CONSULTÓRIO NA RUA DE MATO GROSSO**. Academia de psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande. 2017. Disponível em: <<https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/915/896>>

DAMATTA, Roberto. **A CASA & A RUA. ESPAÇO, CIDADANIA, MULHER E MORTE NO BRASIL**. 5ª edição. Rio de Janeiro – 1997. Disponível em < [A Casa e a Rua Roberto DaMatta \(hilaineyaccoub.com.br\)](http://hilaineyaccoub.com.br)>

DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e justiça social**. Editora Perspectiva S/A. 2020. disponível [E-Book] Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pcp/a/BVqJH6FLDk4RWG7Y3HfvCzz/abstract/?lang=pt>>

FARIA, Fernanda Gomes 1 , -BATISTA Rodrigo Siqueira 2 **(Bio)ética e população em situação de rua: entre Agamben e Derrida**. Rev. Bioét. vol.28 no.4 Brasília Out./Dez. 2020. < <https://www.scielo.br/j/bioet/a/jHkVhMZ3rShfBVwgSVzFmsP/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 17/09/2022

FREUD, Sigmund. (1930) “**O mal-estar na civilização**”, vol. XXI. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. [recurso digital]

GOMES, Ícaro da Silva et al. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**. Intellectus Revista Acadêmica Digital Vol 59 N.º1 Ano 2020 <<http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/68.825.pdf>> acesso

HERRMANN, Leda. **Intervenções em Psicanálise** – Século XXI. Revista Brasileira de Psicanálise · Volume 48, n. 2, 59-66 · 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v48n2/v48n2a06.pdf> >

JORNAL DE BRASÍLIA. Caso Galdino: o que aconteceu com os envolvidos? Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/brasil-assombrada/caso-galdino-o-que-aconteceu-com-os-envolvidos/>>

MARTINS, Aline Souza. **Homo Sacer, sujeitos abandonados ao crime**. Esse texto faz parte da pesquisa de mestrado Por que a guerra? Política e subjetividade de jovens envolvidos com o tráfico: um ensaio sem resposta, defendida em 2014 no Instituto de Psicologia da USP sob orientação da professora Miriam Debieux Rosa. Disponível em: <https://appoa.org.br/correio/edicao/240/homo_sacer_sujeitos_abandonados_a_o_crime/158 >

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/25698906/MOSCOVICI_S_Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais>

ROCHA, F. C., & Oliveira, P. R. S. **Psicologia na rua: delineando novas identidades a partir do trabalho com a população em situação de rua**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 15(1). São João del-Rei, janeiro-março de 2020. e3262. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100006>

ROSA, Miriam Debieux et al. **CLÍNICA PSICANALÍTICA IMPLICADA: CONEXÕES COM A CULTURA, A SOCIEDADE E A POLÍTICA.** *Psicol. estud.*, Maringá, v. 22, n. 3, p. 359-369, jul./set. 2017. Disponível em < https://www.academia.edu/80736731/Cl%C3%ADnica_Psicanal%C3%ADtica_Implicada_Conex%C3%B5es_Com_a_Cultura_a_Sociedade_e_a_Pol%C3%ADtica>

ROSA, Miriam Debieux **Uma escuta psicanalítica das *vidas secas*.** Parte deste trabalho foi publicado na Revista de Psicanálise TEXTURA, n 2, ano 2002, São Paulo, Brasil. Disponível em: < <https://repositorio.usp.br/item/001288021>>

SANTOS; Vitória Carvalho Corrêa, et al. **Psicólogos nos serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua.** Diaphora | Porto Alegre, v. 10 (3) | jul/dez 2021. Disponível em <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/281>>

SCHUCH, Patrice et al. **A Rua em Movimento:** debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre - 2012. 126 f. : il. Disponível em < [\(PDF\) Livro "A Rua em Movimento: debates acerca da população de rua na cidade de Porto Alegre", org. Aline Espíndola et al, 2012 | Patrice Schuch - Academia.edu](#)>

SITUAÇÃO. *In:* DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/situacao/>>. Acesso em: 17/09/2022.

SOUZA, William Azevedo de, et al. **Possibilidades nos Modos de Tratar a População em Situação de Rua*** *Psicologia: Ciência e Profissão* 2019 v. 39, e189078, 1-17. Disponível em < www.scielo.br/pcp>